PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FORENSE EM SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Aline Caetano Luzzi

Ana Beatriz Celestino Prado

Bruna Priscila de Oliveira Caldas

Ighor Bruce Paradela Munis

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FORENSE EM SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso

Professora: Marina Fernanda Dallaqua

Aline Caetano Luzzi – RA: 819152624

Ana Beatriz Celestino Prado - RA: 819155381

Bruna Priscila de Oliveira Caldas – RA: 819167434

Ighor Bruce Paradela Munis - RA: 819147446

São Paulo

2023

Resumo

Este estudo de cunho descritivo e caráter exploratório buscou compreender como são realizadas as entrevistas forenses nos casos de violência sexual infantil no Brasil. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas online com quatro profissionais que atuam nessa área. Após a análise dos resultados obtidos pelas entrevistas com os profissionais da área, percebeu-se que ainda há muitas questões a serem trabalhadas, como a falta de um local devidamente preparado para o acolhimento psicológico, assim impedindo e dificultando que haja o devido acolhimento necessário e o cumprimento do sigilo do que se é falado, há excessiva burocratização de todo o processo, causando um grande aumento na morosidade para a conclusão da resolução legal do problema que como consequência gera o excesso de exposição da vítima. A falta de uma equipe devidamente instruída e preparada para fornecer o devido suporte legal, também é um grande problema que foi detectado pelo decorrer das entrevistas, assim demonstrando que ainda temos um longo caminho para proporcionarmos às vítimas o devido acolhimento ético e legal necessário.

Palavras-chave: Psicologia Forense; Abuso Sexual Infantil; Avaliação forense em crianças

Introdução

De acordo com Nascimento, Silva, Silva e Gadêlha (2019), a avaliação forense em crianças requer um alto nível de habilidade e experiência para garantir que a avaliação seja conduzida de maneira ética, precisa e responsável. É fundamental que os psicólogos forenses que realizam essa avaliação tenham treinamento especializado em avaliação de crianças e sejam capazes de compreender os efeitos do trauma na avaliação.

Para Neto (2022) o abuso sexual infantil é um problema de saúde pública que afeta negativamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental, assim como anormalidades de desenvolvimento em crianças construídas por alterações bioquímicas, funcionais e estruturais construídas pelo abuso. A violência sexual, por outro lado, caracteriza-se por atos cometidos com intenção sexual de que lesam o corpo e a mente da vítima (crianças e jovens) e violam direitos e garantias pessoais como a liberdade, o respeito e a dignidade humana.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227 - "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", adicionado ainda pelo § 4° - " A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes". Ainda, para confirmar as garantias previstas na CF/88, foi previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, no ART. 241-D " Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso, além da Lei nº 8.069/90 - Lei da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigos 7º, 15, 16, 17 e 19).

O caminho percorrido pela criança durante o processo da denúncia de violência sexual (Instituto Alexis, 2021) pode ocorrer da seguinte maneira, primeiro acontece a denúncia, que pode ser feita pela criança, um adulto de confiança (como um parente, professor, amigo ou um profissional de saúde) ou de maneira anônima, diretamente à polícia ou ao Conselho Tutelar, após a denúncia, a criança é encaminhada para fazer uma entrevista com um profissional da área da saúde ou do serviço de proteção à criança. Tal entrevista tem como objetivo avaliar a segurança da criança, coletando informações sobre a violência sexual e orientá-la sobre o que acontecerá em seguida. O terceiro passo é o exame médico onde criança é encaminhada para realizar um exame médico para avaliar se há evidências físicas da violência sexual. Esse exame deve ser feito por um profissional treinado e especializado em lidar com vítimas de violência sexual. O quarto passo é a confecção do boletim de ocorrência no caso da violência sexual for comprovada, a polícia pode registrá-lo e iniciar uma invesigação para identificar o agressor e reunir evidências para um possível processo judicial. No quinto passo é realizado o tratamento psicológico onde criança pode ser encaminhada para um serviço especializado em atendimento à vítimas de violência sexual para receber apoio psicológico e tratamento para lidar com os efeitos emocionais e psicológicos causados pela violência e o trauma. Logo em seguida inicia-se o processo judicial, onde o agressor sendo identificado e a investigação policial levando a uma acusação formal, o caso irá a julgamento. A criança pode ser chamada para testemunhar no julgamento, mas isso é feito com a devida proteção e acompanhamento profissional especializado. No julgamento, também, será apresentada a avaliação forense feita pelo especialista no início das investigações. Por último, ao ver a necessidade, cria-se medidas de proteção para garantir sua segurança e bem-estar. Essas medidas podem incluir a restrição de contato com o agressor, a mudança de residência e/ou a participação em programas de apoio à vítima.

É importante ressaltar que existem leis específicas que garantem a proteção e os direitos das crianças vítimas de violência sexual, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Escuta Protegida. Além disso, o país conta com uma rede de atendimento especializado em casos de violência sexual, envolvendo os serviços de saúde, assistência social, justiça e segurança pública. O objetivo é sempre garantir a segurança e bem-estar da criança, minimizando os traumas e oferecendo o apoio necessário para sua recuperação.

Segundo Siqueira e Oliveira (2013), a avaliação Psicológica Forense em crianças é uma abordagem que visa avaliar as questões psicológicas que possam estar atreladas aos processos judiciais ou situações de conflito. É um processo complexo que coleta e analisa informações sobre as vítimas, o agressor e as circunstâncias em que ocorreu o abuso. O objetivo principal é determinar a veracidade das alegações de abuso sexual e identificar os danos psicológicos causados à vítima, podendo ser realizado em crianças que foram vítimas de abuso sexual, testemunhas de crimes ou que estejam envolvidas em disputas de guarda ou adoção.

De acordo com Hershkowitz, Lamb e Orbach (2007), há diversos aspectos a serem considerados em uma avaliação forense em casos de violência sexual infantil, são eles: a idade da vítima, o tipo de abuso, período de tempo em que ocorreu o abuso, relacionamento entre vítima e agressor, a presença de testemunhas, a reação da vítima após o abuso e a existência de fatores de risco para novos abusos. A avaliação em casos de violência sexual infantil pode incluir instrumentos padronizados para a avaliação dos sintomas psicológicos da vítima, como a Child Behavior Chacklist (CBCL) e o Trauma Symptom Checklist for Children (TSCC). Além disso, o psicólogo forense pode realizar entrevistas com a vítima, o agressor e outras pessoas que possam oferecer informações relevantes sobre o caso. É

significativo ressaltar que a avaliação psicológica forense em casos de violência sexual infantil deve ser feita de forma ética e respeitando os direitos da vítima e do agressor.

De acordo com Habigzang, Ramos e Koller (2011), é fundamental que os psicólogos forenses que realizam essa avaliação tenham treinamento especializado em avaliação de violência infantil e compreendam os efeitos do trauma na avaliação. Para realizar essa avaliação, é necessário que o psicólogo forense esteja familiarizado com a literatura sobre o tema e utilize técnicas e instrumentos adequados levando em consideração as particularidades de cada caso. É importante também, que o psicólogo seja sensível às necessidades emocionais da criança e utilize técnicas adequadas à idade e ao desenvolvimento da criança. Além de que, a avaliação deve ser realizada de forma sensível e não invasiva, de acordo com o tipo de avaliação indicado. Além de ser feita em um ambiente seguro e acolhedor para a criança, para que se sinta à vontade para compartilhar informações.

Objetivos

Compreender como é realizada a avaliação forense em crianças que sofreram violência sexual, a partir de entrevistas com profissionais que atuam na área, visando constatar qual a importância e resultados da avaliação.

Método

Participantes

Foram entrevistados quatro psicólogos que atuam com avaliação forense e acolhimento de crianças que sofreram abuso sexual ou que suspeitam da violência.

Instrumentos

Foi realizada entrevista semi-estruturada (Anexo 1) com 14 perguntas que visam compreender como os profissionais efetuam a entrevista forense nos casos de suspeita de abuso sexual infantil. O tempo médio de cada entrevista foi de 30 a 40 minutos.

Local

As entrevistas ocorreram online por meio das plataformas *Zoom* e *Google Meet*.

Procedimentos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE: 69829723.3.0000.0089). Após o aceite do Comitê foi entrado em contato para instituições e psicólogos que exercem entrevista forense em casos de abuso sexual infantil. A entrevista foi realizada após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Anexo 2). Após as entrevistas, os dados foram apurados por meio da Análise de Dados.

Análise de Dados

Para a análise dos dados coletados, adotou-se o procedimento de análise temática de conteúdo proposto por Minayo (2012). Este método segue uma série de etapas para a organização e interpretação dos relatos obtidos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos discutidos pelos participantes: (1) agrupamento dos relatos em subgrupos, onde foram identificadas semelhanças e diferenças para facilitar a posterior comparação; (2) categorização do conteúdo por temas e (3) reestruturação em um número reduzido de tópicos, após uma compreensão mais aprofundada das estruturas de relevância mencionadas pelos entrevistados.

Resultado e Discussão

Para a caracterização dos entrevistados, procedeu-se à coleta de dados abrangendo variáveis cruciais: gênero, profissão, localização da unidade de atuação, cargo exercido na respectiva instituição e tempo de atuação. Cada participante foi singularmente designado pela letra "P", representando "participante", seguida de um número que reflete a sequência de realização das respectivas entrevistas.

Tabela 1

Caracterização da amostra

Participante	Sexo	Localização da Unidade	Atuação	Tempo de atuação
P1	Feminino	Mato Grosso	Psicóloga Jurídica	20 anos
P2	Masculino	Américo Brasiliense (SP)	Psicólogo Jurídico	13 anos
P3	Feminino	São Paulo	Psicóloga Jurídica	17 anos
P4	Feminino	Rio Grande do Sul	Analista Judiciário	20 anos

A profissão dos participantes mostrou-se homogênea, sendo todos graduados em psicologia. Os participantes são de diferentes estados do Brasil, sendo eles São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A média de tempo de atuação dos participantes é de 17 anos, sendo P1 e P4 que atuam há mais tempo (20 anos). Quanto à análise de conteúdo, para apresentação dos dados foram selecionadas as seguintes categorias: estrutura; literatura; instrumentos; burocracia; ética.

Estrutura

A estrutura física e ambiental do local onde a avaliação é realizada pode ter um impacto significativo na qualidade e confiabilidade das informações obtidas durante o processo de avaliação infantil e foi mencionada por diferentes participantes.

Tabela 2

Unidade de categoria: Estrutura

Subtópico	Relato	Frequência
Ambiente Físico	"Umas salinhas assim, ó pequenininhas, com divisórias tipo uma madeira, mas se entrasse uma pessoa gordinha, não entrava ali" P1 "Então assim, é muito comum Psicólogo com problema de espaço para atender e não ter lugar, quando tem com certeza não é nada adequado." P2	6

	"Os nossos espaços no fórum, são tradicionalmente bastante frios". P4	
Ausência de Estrutura	"O prédio antigo, a brinquedoteca, era no meio da sala de espera, era uma confusão, aí criança queria levar o brinquedo embora, o guarda não queria deixar" P1 "No momento eu estou atendendo em sala de audiência". P4	5
Ausência de Sigilo	"Um dia eu estava atendendo um agressor, que ele estava falando coisas horríveis e aí, do lado, o colega estava atendendo uma senhora evangélica, que eu falei, meu Deus! Eu coloquei um sonzinho na minha caixinha de som, no meu computador" P1	1
Ausência de Segurança de Documentos	"Meus testes, eu tenho uma pasta de plástico, tem meu nome, aonde eu vou, meus testes vão comigo, eu não deixo nem um minuto na mesa do fórum, não uso armário do fórum para nada, para ninguém ter acesso a esses testes" P1	1

É evidente que a estrutura física e ambiental, juntamente com a presença de uma equipe devidamente treinada e a garantia de sigilo e segurança dos documentos, são elementos cruciais para melhorar a qualidade e confiabilidade do processo de avaliação infantil (Muniz, 2018). Os dados coletados na entrevista evidenciam desafios críticos relacionados à estrutura física dos ambientes onde ocorrem as avaliações infantis. Primeiramente, são apontadas restrições graves de espaço e inadequações estruturais, exemplificadas por salas pequenas e divisórias incompatíveis, impossibilitando o acesso para pessoas com corpo mais robusto, segundo relato do P1. Além disso, a frequência com que os psicólogos enfrentam problemas de espaço para avaliações é ressaltada pelo P2, evidenciando a inadequação generalizada das instalações disponíveis.

É possível destacar também a inadequação da estrutura física, exemplificada pela disposição imprópria de um local para realização de uma avaliação forense infantil citado pelo P1, essa configuração gera confusão e desconforto, especialmente quando as crianças desejavam ficar com os brinquedos, causando frustração nas mesmas. De Acordo com Muniz (2018), esse cenário resulta em mal-estar com os profissionais que estão realizando a

avaliação, nas famílias e não propicia um ambiente favorável para uma avaliação calma e eficiente, portanto, é crucial que os espaços de avaliação infantil sejam adequados e 06/2019promovam um ambiente acolhedor que favoreça o processo avaliativo.

De acordo com a resolução nº 06/2019 do Conselho Federal de Psicologia, destaca-se a necessidade de garantir o sigilo e a confidencialidade das informações contidas nos documentos produzidos e a responsabilidade do psicólogo em proteger as informações confidenciais para que pessoas não autorizadas tenham, de forma alguma, nenhum tipo de contato com documentos sigilosos e assegurar que sejam utilizadas exclusivamente para os propósitos acordados com o paciente, bem como adotar medidas de proteção física para os documentos. Isso pode incluir o armazenamento em armários trancados, salas com acesso restrito, ou outros espaços seguros dentro do consultório ou da instituição. Apenas pessoas autorizadas devem ter acesso a esses locais. No entanto, fica evidente que a privacidade e confidencialidade das informações dos avaliados estão em risco, conforme resultados obtidos em nas entrevistas, nota-se uma situação em que um profissional precisou improvisar para evitar a exposição indevida das narrativas dos indivíduos em atendimento, além disso, o fato de os testes e documentos relacionados ao trabalho do profissional não contarem com medidas de segurança adequadas indica um potencial vulnerável, pois de acordo com P1 *"(...) meus testes vão comigo, eu não deixo nem um minuto na mesa do fórum"* , essa necessidade de transportar esses materiais de forma pessoal, evitando deixá-los expostos ou acessíveis a terceiros, é uma medida defensiva compreensível, mas ao mesmo tempo, sinaliza a lacuna de segurança estrutural no ambiente profissional gravíssima.

Literatura

A literatura utilizada por psicólogos forenses em avaliações infantis desempenha um papel crucial, pois oferece fundamentos teóricos, diretrizes éticas, metodologias e

conhecimentos práticos necessários para uma avaliação precisa. A tabela 3 mostra como os profissionais fazem uso dos materiais.

Tabela 3

Unidade de categoria: Literatura

Subtópico	Relato	Frequência
Diretrizes de acordo com a Literatura	"Eu não posso criar uma entrevista, né? Eu preciso seguir algum instrumento que me traga assim uma diretriz de como eu devo perguntar, então esses são os protocolos de entrevista que a gente usa tanto no depoimento quanto nas situações de avaliação". P4 "A literatura indica que tem um ambiente assim, mais humanizado mesmo, mais acolhedor…" P4	4
Satisfação com Literatura disponível	"Material biográfico nós temos o suficiente, tá? O que que eu penso que, para formação é muito importante, a teoria é importante, mas a prática, se você não tiver a prática, a teoria se perde" P1	3

Sobre as diretrizes literárias utilizadas na avaliação Forense com crianças que sofreram abuso sexual, destacou-se a importância de seguir critérios e protocolos promovendo um ambiente de prática profissional respeitosa, além disso é fundamental que os profissionais compreendam e apliquem boas práticas no uso de testes psicológicos, levando em consideração tanto a ética quanto as implicações práticas ao comunicar e interpretar os resultados desses testes (Bandeira et al., 2021). Quanto à entrevista do P4, nota-se o cuidado em seguir protocolos.

No que diz respeito a satisfação de literatura disponível, nota-se que os profissionais estão contemplados neste quesito, porém, é importante combinar teoria e prática na formação profissional, pois sem a aplicação prática desse conhecimento em situações reais, a teoria pode perder sua eficácia e relevância, como é citado pelo entrevistado P1 *"se você não tiver a prática, a teoria se perde"*.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados em avaliação forense infantil são uma ferramenta valiosa para os profissionais da área, permitindo uma análise mais aprofundada sobre o estado psicológico e emocional das crianças em contextos judiciais, tais como investigação de abuso infantil.

Tabela 4

Unidade de categoria: Instrumentos

Subtópico	Relato	Frequência
HTP	**“**HTP, né, que é um recurso de aplicação rápida, assim, teoricamente, rápido, a criança não fica ali muito muito tempo desenhando.” P4	6
Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense Childhood	**“**A entrevista, no meu caso, aqui no caso do Rio Grande do Sul a gente usa o protocolo brasileiro de entrevista forense, foi lançado em 2020, né? Pelo conselho nacional de justiça childhood e aí a gente fez formação neste protocolo e aí utiliza nesses procedimentos tanto de avaliação de depoimento.” P4	1
Protocolo Forense para depoimento sem danos	“Tem um protocolo forense para depoimentos sem danos ao qual você ouviria a criança ou adolescente uma única vez. Certo? E aí puxaria isso gravado e aí essas informações seriam utilizadas por outras aparelhos sociais da área jurídica, uma única vez.” P1	2
Desenho-estória	**‘’**Faço o desenho-estória, não sei se vocês já ouviram falar, que são 5 desenhos?’’ P3	2
Família Terapêutica	**“**uso muito o desenho da figura humana com crianças, eu utilizo a família terapêutica, eu trabalho com abordagem sistêmica” P1	1
Brinquedo Lúdico	“ E a gente atende hoje muita criança com hipótese diagnóstica de TEA, é comum você entrar na minha sala e pisando em brinquedo,é bem normal” P1 “Então, na sessão lúdica a gente utiliza o brinquedo como meio de comunicação com a criança, funciona, mas possui suas peculiaridades.” P2	4
IFVD	“A gente tem aqui o inventário de frases no diagnóstico de violência doméstica, que é um inventário mesmo, a criança vai preenchendo” P4	2
CAT-A	“Pra criança usamos as pranchas, os detalhes e desenhos que a criança conta a história se chama Cat-a, acho que vocês tiveram	1

	aula sobre Cat-a?'' P3	

Os participantes apresentaram utilizar diferentes instrumentos, os que se mostraram presentes em todas as entrevistas foram: o instrumento HTP e o uso de Brinquedo Lúdico. Quanto ao instrumento HTP, o entrevistado P3 trouxe a seguinte fala: *''no HTP quando tem um abuso verdadeiro a árvore sempre ta machucada né, e dá né aquela bolinha no meio onde mora os passarinhos, sempre dá umas características''.* O uso exacerbado do HTP se dá por conta de seu baixo custo e facilidade na sua aplicação. Todavia, é uma técnica de teor altamente questionável no meio científico por sua validade e fidedignidade (Anastasi & Urbina, 2000; Cunha, 2000). É um recurso que utiliza da técnica projetiva gráfica, onde perspectivas pessoais são projetadas sobre o estímulo do desenho, o HTP permite que o avaliador implemente interpretações sobre o conteúdo trazido. Por conter estímulos ambíguos, as respostas são determinadas pelo conteúdo idiossincrático trazido pelo indivíduo (Hammer, 1991, Machover, 1967). Por esse motivo, o uso exclusivo do HTP para avaliar suspeita de abuso sexual infantil é considerado preocupante.

O segundo instrumento mais comentado nas entrevistas é o Brinquedo Lúdico, seu objetivo é facilitar a interação e analisar o desenvolvimento da criança durante a entrevista. De acordo com o comentado pelo P2: *''Então, na sessão lúdica a gente utiliza o brinquedo como meio de comunicação com a criança, funciona, mas possui suas peculiaridades.''* as sessões lúdicas com as crianças são utilizadas para fácil acesso ao depoimento delas, porém muitos profissionais se veêm com dificuldade por relação ao tempo necessário para aplicá-lo *''a quantidade de processos, quantidade de casos, quantidade de entrevistas que tem que fazer, não corresponde ao trabalho de aplicação.''* visto neste depoimento dado pelo P2. Entretanto, o uso de recursos lúdicos não é o mais apropriado para se usar no cenário forense,

devido à necessidade de que a criança se mantenha atenta para narrar seu depoimento (Aznar-Blefari, Schaefer, Pelisoli, & Habigzang, 2020)

O terceiro teste mais comentado foi o Protocolo Forense para depoimento sem danos. O Depoimento Sem Dano contribui para o fortalecimento do sistema de justiça, assegurando que as vozes das crianças e adolescentes sejam ouvidas de maneira justa e sem causar mais traumas. Além disso, ajuda a proteger os direitos e o bem-estar dessas vítimas e testemunhas, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor no contexto jurídico (Conselho Nacional de Justiça, 2020).

Levando em consideração o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense Childhood, abordado pelo entrevistado P4, este protocolo, feito no Brasil, tem como objetivo evitar a revitimização de crianças e adolescentes nos sistemas de segurança e justiça, evitando que a vítima precise encarar o agressor e seja acompanhada de uma equipe multidisciplinar capacitada em entrevistas forenses com crianças. O procedimento é de que a vítima tenha seu depoimento gravado em áudio e vídeo para que não precise repetir a história e reviver a violência em outros ambientes e para diferentes servidores públicos (Chilhood Brasil, 2020).

De acordo com Trinca (1997), o procedimento conhecido como Desenho-Estória, utilizado pelo entrevistado P3, desempenha o papel de estimular a percepção temática, atingindo esse objetivo por meio da interligação entre processos expressivos motores, como o ato de desenhar e processos apreciativos dinâmicos, que envolvem a verbalização. Esse procedimento é aplicado com o propósito de investigar elementos dinâmicos da personalidade, particularmente quando se identifica a presença de desafios emocionais. Ele oferece uma abordagem para encorajar a expressão e a comunicação de conflitos e perturbações que podem emergir em momentos específicos da vida da criança. Visando a simplificação no estabelecimento de uma conexão positiva ou o esclarecimento de declarações, desenhos em entrevistas são normalmente empregados como uma maneira

prática de comunicação não-verbal (Hill, 2017). No entanto, cada vez mais pesquisas têm indicado que o uso de tais ferramentas podem ampliar a probabilidade de informações incorretas quando os entrevistadores fazem perguntas sugestivas a respeito dos desenhos (Aznar-Blefari et al., 2020). Porém, quando perguntado aos outros entrevistados, todos relataram não ter tempo suficiente para aplicação desse instrumento.

Utilizado pelo entrevistado P1 , a Terapia Familiar Sistêmica mostra a importância de compreender o sintoma da vítima no contexto do sistema familiar e fornece bases para intervenções eficazes (Nichols & Schwartz, 2007). Nessa abordagem, as famílias são consideradas sistemas vivos, coesos e interdependentes, onde não há relações unilaterais entre os membros. Qualquer problema é visto como um sintoma do sistema familiar e não como um problema individual. Mudanças em qualquer parte do sistema afetam o sistema como um todo (Bowen, 1993).

Com referência ao Inventário de Frases no Diagnóstico de Violência Doméstica, relatado pelo entrevistado P4: *"A gente tem aqui o inventário de frases no diagnóstico de violência doméstica, que é um inventário mesmo, a criança vai preenchendo"*. O IFVD (Tardivo, Pinto Junior, & Santos, 2005) é um instrumento composto por 57 frases de simples compreensão onde a criança deve responder com sim ou não, se tem a ver com sua vida. Ele permite diferenciar as crianças e adolescentes vitimizadas daquelas que não foram. Se mostra sensível na identificação e no diagnóstico de crianças e adolescentes em situação de violência doméstica, assim como os transtornos ligados a essa experiência, ou seja, emocionais, físicos, comportamentais, cognitivos e sociais.

Outro instrumento citado foi o CAT, esse teste é uma técnica projetiva usada para avaliar aspectos psicológicos de crianças, existem diversas interpretações para o CAT. As pranchas conseguem auxiliar na discriminação de um grupo de crianças com histórico de abuso sexual de um grupo sem esse histórico (Fonseca, 2005).

Os testes utilizados são variados, entretanto, percebeu-se que a maioria é feita por uma questão de serem rápidos e acessíveis, como o HTP, brinquedo lúdico e Desenho-estória. Os profissionais entrevistados relataram que devem usar o que está disponível para eles, com poucos recursos e tempo.

Burocracia

A burocracia desempenha um papel fundamental na avaliação forense ao garantir que o processo seja conduzido de forma organizada, padronizada e documentada, entretanto, ela pode tornar o processo moroso, resultando em atrasos prejudiciais, especialmente em situações urgentes.

Tabela 5

Unidade de categoria: Burocracia

Subtópico	Relato	Frequência
Lentidão do Sistema	"Às vezes demora. Eu atendi uma adolescente essa semana, que isso aconteceu há 6 anos atrás…Só o fato dela conversar comigo, ela já está emocionada, está fragilizada, ela não quer mais saber" P1 **"**Tem casos ainda que a gente atende, que são casos antigos, né? Que são casos de muito tempo. Então essa semana mesmo atendi situações aí de 5 anos atrás, né? Daí as pessoas já são adultas agora, jovens, né? Porém, já são adultas e ainda estão nesse processo, não é?". P4	4
Pressão do Sistema	"Há uma pressão para identificar e detectar as coisas, especialmente devido às leis, como a alienação parental e a lei do depoimento especial. De maneira direta ou indireta, estamos sendo solicitados a dizer se algo é verdadeiro ou não. Só isso já é um desafio significativo." P2	5
Organização do Processo	"Aí ela é avaliada por um psicólogo e se tem questões sociais, ela é avaliada pela assistente social também, a equipe técnica composta por essas 2 profissionais, psicólogo e assistente social, certo? Tem casos e a família contrata um perito para acompanhar. Porque? Para validar, né? Vamos dizer assim, para validar avaliação, enfim, para defender o agressor" P1	5

	‘’Então é vou fazer a diferência do psicólogo que faz o forum e de onde eu atendo porque assim as pessoas acham que é uma coisa só e não é, eu to prestando um serviço que um serviço de advogado presta ai fica mais fácil para vocês imaginarem, só que como psicóloga jurídica e ai eu faço no meu consultório para eu dar uma assistência so que na parte psicológica só que como é litígio e que envolve muito essa questão psicológica eles querem contratar uma psicóloga jurídica e ai eu faço a entrevista, vamos supor que o pai me procurou, aí eu entrevisto pego o processo leio tudo e depois se ele ta com a criança eu pego e faço a avaliação como ele ta com a visita né? Aí às vezes eu tenho a testemunha para poder falar pelo telefone tem assim de analisar a mídia de email, whatsapp e videos, então tudo isso é a análise que eu faço para no final fazer umas perguntas que a gente chama quesitos, antes de ir para o fórum para a psicóloga fazer, eu já direciono, por que? Porque se não chegar lá, a falsa acusação de abuso a psicóloga do fórum já vai olhar torto para esse pai e outra coisa, tem o histórico de abuso, que a mãe fez denúncia, porque é difícil né quando a mulher faz a violência o pessoal não acredita e então são os casos que tem.’’ P3	
Investigação/ Ordem da denúncia	**“**Parte das denúncias, elas procedem, vem de escola. A criança ou adolescente, a professora, o educador, percebe algum comportamento diferente da criança e, a partir daí, ele procede a denúncia, aciona o conselho tutelar e aí corre-se o trâmite. Via de regra, é para essas crianças colherem depoimento lá na delegacia” P1	4
Detecção	**“**O processo foi pela delegacia, por exemplo, teve essa menina que foi acusada, que acusou o pai, o padrasto aí, fez exame de corpo de delito, fez tudo, não apresentou nada, então não tinha que correr, tinha que parar” P1	2

É observado que a burocracia nos trâmites legais para o prosseguimento da denúncia, é um tópico recorrente quanto à dificuldade de uma boa aplicação de avaliação forense. É assíduo o relato quanto a desorganização do processo, desde a notificação da denúncia até o trâmite em julgado, uma vez que ele é desmembrado e encaminhado para diversas instituições, submetendo a criança/adolescente a inúmeros questionamentos, pouco desses, sendo feitos ou acompanhados por psicólogos capacitados. Ainda que, segundo o parecer publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, sobre a escuta especial de crianças e

adolescentes vítimas de violência, abuso e/ou exploração sexual, “a complexidade das situações de violência que envolvem crianças, adolescentes e suas famílias requer uma abordagem interdisciplinar, integrada, complementar e não fragmentadora” (Resolução CFP nº 010/2010).

Também foi recorrente a citação do subtrópico “lentidão do sistema”, onde os quatro entrevistados comentaram que a demora do sistema jurídico prejudica a boa avaliação, visto que, há ocasiões que a avaliação precisa ser refeita em decorrência do tempo passado, acarretando novamente em incômodos para a vítima, além de danificar o depoimento, como exemplificado nas entrevistas P1 e P4.

Outro ponto interessante observado nas entrevistas, é a citação da pressão do próprio corpo profissional, imposta aos psicólogos, para a identificação da verdade baseada no depoimento colhido, o que diverge do citado na resolução do CFP, uma vez que o psicólogo não age como a função exercida pelo estado, que busca a verdade material, para colher as provas de seu interesse, buscando a efetivação da prestação jurisdicional, e sim, seguem-se baseada na defesa do direito da criança e do adolescente, atuando no sentido de assessorar o juízo em suas decisões, mas não como Juiz ou investigador, sendo sua atribuição muitas vezes confundida em suas responsabilidades..

Ética

A ética na avaliação forense infantil é vital para garantir que o processo seja conduzido de forma justa, responsável e centrada no melhor interesse da criança.

Tabela 6

Unidade de categoria: Ética

Subtópico	Relato	Frequência
Como a Revitmização Acontece	“Outra dificuldade do ponto de vista das políticas públicas, das políticas institucionais, a falta de fluxo. Então vamos chamar assim, é como se tivesse o caso do Joãozinho no conselho tutelar, o caso do Joãozinho no	2

	CAPS, o caso do Joãozinho no fórum, caso do Joãozinho ali, é como se fosse vários casos, fica lotado e não uma rede que cuida de um único caso. Não temos a ideia de uma integração setorial.” P2	
Evitando a Revitimização	**“**Então ela já falou lá para aquela colega, e aquela colega já fez um relato, está no processo, eu vou partir dali. Era aquilo que a gente estava falando, né? Aí a gente evita a revitimização de que ela não precisa repetir em todos os lugares aquilo que ela já falou. Né?” P4	2
Profissionalismo	**“**é a questão da ética, o aluno não ficar fazendo palestrina depois sobre o que ouviu, ou sobre o atendimento fez, essa é uma dificuldade” P1	1
Preparo da Equipe Multidisciplinar	‘’Olha… se tiver uma equipe treinada já tá o suficiente, o que eu vejo que precisa ser melhorado é que não tem equipe treinada, às vezes até o conselho tutelar que tá lá são voluntários da comunidade e ok, mas eles não têm essa técnica psicológica de ver o que é falso e o que é verdadeiro e aí dá muita confusão,’’ P3	2

A revitimização é um fenômeno que ocorre quando uma vítima de um trauma, como abuso sexual, enfrenta situações adicionais que a expõem a mais traumas ou a relembram do evento traumático original. Isso pode acontecer de várias formas, e no contexto de casos de abuso sexual, a revitimização pode ser particularmente prejudicial para a vítima. Esse é um dos problemas que estão presentes nos dias atuais e existem várias formas de evitar que isso aconteça com a vítima, uma dessas formas é já estar com o caso da vítima de “antemão” como dito pela P4.

Através dos relatos entregues pelos entrevistados é possível observar que outro grande problema enfrentado é a falta de pessoal treinado e qualificado atuante na área, estes relatos vem desde do começo do desenvolvimento do profissional como listado pela P1, como a falta de pessoal qualificado, assim listado pela P3. Vendo esses relatos percebe-se que existe uma falta de “comprometimento’’ e de entendimento básico sobre a ética e responsabilidade profissional vinda dos novos e recém formados profissionais da área, enquanto também há

indícios de uma falta de profissionais devidamente treinados para poder exercer a função de forma correta e exemplar assim, para poder atender minimamente a demanda é necessário a colaboração de voluntários da comunidade que como listado acima pela P3 não possuem o treinamento e a capacitação necessária para exercer a função de forma correta e ética.

Quando os princípios éticos são seguidos, os clientes se sentem mais seguros e confiantes para compartilhar suas preocupações e desafios, isso cria um ambiente terapêutico propício para o desenvolvimento pessoal e a resolução de problemas. O acolhimento ético promove uma relação de confiança, empatia e respeito entre o psicólogo e o cliente, o que é essencial para um trabalho terapêutico eficaz (Muniz, 2018).

Considerações Finais

Seguindo todas as variáveis apresentadas mediante às avaliações psicológicas forenses em crianças vítimas de violência sexual, é inegavel a necessidade de um reajuste no sistema judiciário brasileiro. Os profissionais não conseguem tempo suficiente para poder realizarem sua profissão com êxito e ética, a precariedade do sistema se é visto nos pontos apresentados por todos os entrevistados com relação à estrutura dos locais onde se é guiado as entrevistas com as crianças, sem a segurança e sigilo devidos, como citado na entrevista P1 "*Um dia eu estava atendendo um agressor, que ele estava falando coisas horríveis e aí, do lado, o colega estava atendendo uma senhora evangélica, que eu falei, meu Deus! Eu coloquei um sonzinho na minha caixinha de som, no meu computador*". Diferente do previsto na resolução Nº 299 de Novembro de 2019, capítulo III, Art 8º "Os depoimentos deverão ser colhidos em ambiente apropriado em termos de espaço e de mobiliário, dotado de material necessário para a entrevista, conforme recomendações técnicas assentadas no Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, devendo os tribunais estaduais e federais providenciar o necessário, no prazo de noventa dias". Além disso, o sistema se mostrou extremamente fragmentado, expondo a criança, vítima do abuso, a diversas entrevistas em diversos locais diferentes,

como visto na entrevista do P3 *"Outra dificuldade do ponto de vista das políticas públicas, das políticas institucionais, a falta de fluxo. Então vamos chamar assim, é como se tivesse o caso do Joãozinho no conselho tutelar, o caso do Joãozinho no CAPS, o caso do Joãozinho no fórum, caso do Joãozinho ali, é como se fosse vários casos, fica lotado e não uma rede que cuida de um único caso. Não temos a ideia de uma integração setorial."*

Ademais, foi apresentado a necessidade de profissionalismo dos psicólogos jurídicos e dos servidores públicos e a revisão da profissão Psicólogo Jurídico, não como detentor da verdade, mas como mais um servidor público, como citado no parecer técnico do CFP de 2015, sobre Escuta Especial de Crianças e Adolescentes, "atuando nesse processo de escuta psicológica, o papel é de acolhimento da demanda, de forma a não proceder a revitimização das crianças… sendo peça fundamental para o auxílio na comprovação da prática do crime do abuso sexual, e consequentemente, para a proteção de crianças e adolescentes vítimas", uma vez que por muito os psicólogos entrevistados se veem na função de decidir pelo juiz o fim do caso, culpado ou não culpado, e até mesmo fazer essa decisão para os colegas de trabalho.

Se vê a necessidade de estudos voltados para psicologia forense no âmbito brasileiro, muitas avaliações aplicadas não foram feitas para o meio jurídico e nem para crianças. Os psicólogos devem seguir com o que lhes é fornecido, o que em sua maioria são pesquisas e avaliações criadas no exterior e trazidas para o país. Percebe-se então, a necessidade de mais pesquisas científicas com enfoque brasileiro para a criação de avaliações que se adequem às vivências e culturas brasileiras, de acordo com o que foi citado por todos os quatro participantes das entrevistas. A realização dessa pesquisa promoveu a compreensão do processo de denúncia e avaliação de crianças vítimas de violência sexual. Uma área que necessita de muita pesquisa científica do Brasil e melhores condições trabalhistas para evitar a revitimização e exposição da criança.

Referências

Aznar-Blefari, C., Schaefer, L. S., Pelisoli, C. da L., & Habigzang, L. F. (2020). Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. *Psico-USF*, *25*(4), 625–635. https://doi.org/10.1590/1413/82712020250403

Bandeira, D. R., Andrade, J. M. de, & Peixoto, E. M. (2021). O Uso de Testes Psicológicos: Formação, Avaliação e Critérios de Restrição. *Psicologia: Ciência E Profissão*, *41*(spe1). https://doi.org/10.1590/1982-3703003252970

Benia, L. R. (2015). A entrevista de crianças com suspeita de abuso sexual. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *32*(1), 27–35. https://doi.org/10.1590/0103-166x2015000100003

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Borsa, J. C. (2010). Considerações sobre o uso do teste da casa-árvore-pessoa-htp. *Avaliação Psicológica*, *9*(1), 151-154. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100017

Cattani, B.(2020). A ENTREVISTA DE CRIANÇAS EM VARAS DE FAMÍLIA NO CONTEXTO FORENSE BRASILEIRO. https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218102/001122503.pdf?sequence=1&isAllowed=y

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA RESOLUÇÃO CFP 06/2019 COMENTADA ORIENTAÇÕES SOBRE ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS ESCRITOS PRODUZIDOS PELA(O) PSICÓLOGA(O) NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf

Gov, O., Listenbee, R., Newlin, C., Steele, L., Chamberlin, A., Anderson, J., Kenniston, J., Russell, A., Stewart, H., & Vaughan-Eden, V. (2015). *From the Administrator Child Forensic Interviewing: Best Practices*. https://ojjdp.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh176/files/pubs/248749.pdf

Hershkowitz, I., Lamb, M. E., & Orbach, Y. (2007). Assessing forensic interviews of alleged child sexual abuse victims: A research-based guide for more effective evaluation. *Journal of Interpersonal Violence, 22*(5), 611-631. https://www.scielo.br/j/estpsi/a/BPcHGptyYXW7grM4V8Tynsq/?format=pdf&lang=pt

Murray, L. K., & Andrews, B. (2015). *Child sexual abuse. In Forensic psychology: A very short introduction* (pp. 82-97). Oxford University Press.

Maria, S., Kariana, D., Daniele, D., Juliana, B., Lia, M., Patrícia, M., & Valeska, M. (2016) Cartilha Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. *Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude Juizado da Infância e da Juventude de Goiânia.* https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha_Violencia_Sexual_contra_Criancas_e_Adolescentes_MPGO_TJGO.pdf

Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva, 17*(3). https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/

Muniz, M. (2018). Ética na Avaliação Psicológica: Velhas Questões, Novas Reflexões. *Psicologia: Ciência E Profissão*, *38*(spe), 133–146. https://doi.org/10.1590/1982-3703000209682

Neto, A. F. (2022). Alterações estruturais e bioquímicas em crianças vítimas de abuso infantil: Uma revisão narrativa. *Perspectivas Em Medicina Legal E Perícias Médicas*, *7*.https://ojs.perspectivas.med.br/index.php/perspectivas/article/view/84

Oliveira, D. C. C. de, & Russo, J. A. (2017). Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as "duas psicologias." *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, *27*(3), 579–604. https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300011

Otto, Ana Flávia Nascimento, & Ribeiro, Maria Alexina. (2020). Contribuições de Murray Bowen à terapia familiar sistêmica. *Pensando familias*, *24*(1), 79-95. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100007&lng=pt&tlng=pt.

Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). As Contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso Sexual. *Psicologia: Ciência E Profissão, 34*(4), 916–930. https://doi.org/10.1590/1982-370001032013

Pinto, F. E. M. (2006). Manual de psicologia jurídica. *Psico-USF*, *11*(2), 267–268. https://doi.org/10.1590/s1413-82712006000200016

Priscila, E., Nascimento, B., Da Silva, L., Batista, L., Da Silva, M., Gadêlha, L., Luciano, F., Da, M., Lauany, S., Da, B., Lucas, S., & Gadêlha, N. (2019). *Avaliação neuropsicológica forense nos casos de abuso sexual infantil*, 1-18 https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1406.pdf

Prudenciatti, Shaday M., Tavano, Liliam D'Aquino, & Neme, Carmen Maria Bueno. (2013). O Desenho: Estória na atenção psicológica a crianças na fase pré - cirúrgica. *Boletim* - Prudenciatti, S. M., Tavano, L. D., & Neme, C. M. B. (2013). O Desenho – Estória na atenção psicológica a crianças na fase pré – cirúrgica. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-711X2013000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Roberta, G. R., Richard, P. K., & Rosana, V. (2020). protocolo brasileiro de entrevista forense com criancas e adolescentes vitimas ou testemunhas de violencia. Childhood Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Fundos das Nações Unidas para a infância (UNICEF), National Children's Advocacy Center. https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2020/07/protocolo_brasileiro_de_entrevista_forense_com_criancas_e_adolescentes_vitimas_ou_testemunhas_de_violencia.pdf

Schaefer, L. S., Brunnet, A. E., Lobo, B. O. M., Carvalho, J. C. N., & Kristensen, C. H. (2018). Indicadores psicológicos e comportamentais na perícia do abuso sexual infantil. *Temas Em Psicologia*, *26*(3), 1467–1482. https://doi.org/10.9788/tp2018.3-12pt

Silvia, P. G. (2021). O caminho da denúncia – O que acontece após uma denúncia de violência sexual? (2021, November 17). *Instituto Alexis — Conhecimento é Proteção.* https://institutoalexis.com.br/o-caminho-da-denuncia-o-que-acontece-apos-uma-denuncia-de-violencia-sexual

Schelini, Patrícia Waltz, & Benczik, Edyleine Peroni. (2010). Teste de apercepção infantil: o que foi e o que precisa ser feito. *Boletim de Psicologia*, *60*(132), 85-96. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432010000100008&lng=pt&tlng=pt.

Tardivo, Leila Salomão de la Plata Cury, Pinto Junior, Antonio Augusto, & dos Santos, Márcia Regina. (2005). Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do teste das fábulas de Düss. *Psic: revista da Vetor Editora*, *6*(1), 59-66. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142005000100008&lng=pt&tlng=pt.

Viana, M. V. G., & Portes, B. C. C. (2022). O HTP NA GESTALT-TERAPIA: A VERSATILIDADE DOS TRAÇOS.

https://www.even3.com.br/anais/cgtrio22/520065-o-htp-na-gestalt-terapia--a-versatilidade-dos-tracos/

18 de maio: Leis protegem crianças e adolescentes de abuso sexual. (2022, May 18). Migalhas. https://www.migalhas.com.br/quentes/366184/18-de-maio-leis-protegem-criancas-e-adolescentes-de-abuso-sexual

Anexos

Anexo 1 - Entrevista

Perguntas apresentadas na entrevista com especialistas em abuso sexual infantil:

1 - Qual seu nome?

2 - Qual sua idade?

3- Qual sua formação?

4 - Quanto tempo você atua na área?

5 - Qual sua função atual?

6 - Como é o processo da denúncia/notificação do abuso? E o processo de investigação?

7 - Qual a maior dificuldade de um psicólogo forense quando lidando com violência sexual infantil? Você diria que um desses problemas está relacionado com as denúncias falsas?

8 - O que você considera um dos maiores motivos que faz alguém desistir do processo de avaliação, denúncia e acolhimento?

9 - Você considera a Psicologia Forense, com os estudos que temos hoje, eficiente para atender essa demanda? Ou é necessário mais investimento e estudo?

10 - Quais tipos de avaliação forense existem no Brasil e quais são as mais utilizadas?

11 - Qual a avaliação você considera mais eficiente? Por quê?

12 - Como você realiza a avaliação de crianças vítimas de abuso sexual?

13 - Em que ambiente a avaliação é realizada? É utilizado algum recurso?

14 - Quais são as melhorias necessárias para o processo de avaliação forense com crianças?

Anexo 2 - TCLE (Termo de consentimento livre e esclarecido)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada como “Avaliação forense em crianças que sofreram violência”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelos pesquisadores Aline Caetano Luzzi, Ana Beatriz Celestino, Bruna Priscila de Oliveira Caldas e Ighor Bruce Paradella, sob a orientação da Professora Me. Marina Dallaqua, todos vinculados ao Centro Universitário São Judas Tadeus, campus Butantã. O objetivo da pesquisa é estudar como é realizada a avaliação forense em crianças que sofreram violência sexual, a partir de entrevistas com profissionais que atuam na área, visando constatar qual a importância, eficácia e resultados da avaliação. Além de conhecer quais são os tipos de avaliações forenses em caso de abuso sexual infantil e compreender como funciona o processo de entrevistas com essas crianças. Acreditamos que sua participação levará aproximadamente 40 minutos. Os pesquisadores não mostrarão seus questionários respondidos para ninguém, e seus dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, de maneira geral, sem qualquer identificação sua, em um congresso ou em uma revista científica. Pretendemos publicar os resultados para que possamos despontar as possibilidades a serem alcançadas através da avaliação, visando constatar sua efetividade. Obedecendo o que manda a lei, o pesquisador responsável vai arquivar seus questionários por cinco anos, ficando a disposição apenas para consulta do comitê de ética, quando este julgar necessário. Quando você estiver respondendo os questionários, você poderá sentir um desconforto emocional ou um constrangimento ou outra situação desagradável. Se você se sentir assim, avise o pesquisador que estiver com você e pare de responder os questionários. Fique tranquilo! Não haverá qualquer prejuízo para você nem para seu trabalho. Se você quiser conversar com o pesquisador e pedir ajuda para lidar

com estas questões de sua vida, saiba que a universidade tem um atendimento psicológico gratuito para a comunidade e você poderá se inscrever para obter este atendimento. Se você participar da pesquisa, os pesquisadores estimam que o benefício que você terá é de contribuir academicamente com a formação de psicólogos, além de compartilhar seu conhecimento para que, a partir da divulgação dos resultados, possam ser divulgadas boas práticas em entrevista forense. A sua participação na pesquisa é voluntária, ou seja, você não é obrigado a participar. É importante também que você saiba que não receberá qualquer forma de remuneração pela sua participação. Em caso de dúvidas e/ou denúncias em relação às questões éticas da presente pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Judas pelo telefone (11) 2799.1950 ou e-mail: cep@saojudas.br Se você concordar em participar, este documento será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com você e a outra via ficará com o pesquisador. Após ter sido devidamente esclarecido, concordo em participar do estudo.

São Paulo, _____ de_____ de 2023.

_____

Nome do voluntário:

RG do voluntário:

Marina Dallaqua
_____

Me. Marina Dellaqua

Aline C. Luzzi
_____

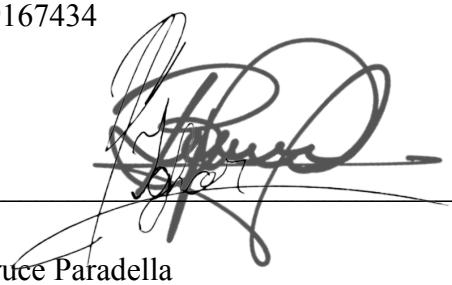
Aline Caetano Luzzi
RA: 819152624

_____

Ana Beatriz Celestino Prado
RA: 819155381

_____

Bruna Priscila de Oliveira Caldas
RA: 819167434



_____

Ighor Bruce Paradella
RA: 819147446